



PARANÁ

QUI
LOM
BO
LA

NOSSA
HISTÓRIA,
CULTURA
E RESISTÊNCIA.





“Prometi aos meus antepassados que só ficarei em paz quando todos estiverem dentro do território.”

Dona Ana Maria Santos da Cruz,

liderança da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha em entrevista para o jornal Brasil de Fato.

O Paraná é o Estado mais negro da região sul. Apesar do mito de que a identidade paranaense é construída tão somente por heranças europeias, é preciso lembrar que 31,1% da nossa população se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2017). Isso sem falar nas raízes indígenas do nosso povo. Se falta conhecimento e reconhecimento de grande parte da população sobre as culturas tradicionais, em especial as de matriz africana, isso se deve certamente ao racismo estrutural que tanto atrasa a sociedade.

Mas, tão importante quanto revisar o passado, é olhar para o futuro. E o que eu vejo é um movimento rumo a um **Paraná mais plural e diverso**, que em 2020 elegeu a primeira vereadora negra de Curitiba e vem valorizando cada vez mais a força desta representatividade na política. Que esta seja uma tendência dos próximos anos em muitas Câmaras Municipais e também na Assembleia Legislativa.

A luta antirracista está no centro do nosso mandato. Defendemos os direitos das comunidades tradicionais, o acesso a seus territórios e a preservação de sua cultura. É por isso que apostamos no turismo de base comunitária, que pode trazer renda e desenvolvimento sustentável a regiões como o Vale do Ribeira e o litoral. Também é por isso que já realizamos **duas audiências públicas sobre o Paraná Quilombola** e uma audiência de combate ao racismo, além de uma série de ações, como a sugestão de criar no Estado uma delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância.

O objetivo desta cartilha é dar visibilidade ao histórico de lutas e conquistas dessas populações no Paraná. É, também, ser um instrumento de protesto em um Brasil cujo presidente prometeu não demarcar “nem um centímetro de terra indígena ou quilombola” em seu governo. Por fim, esta cartilha também é uma forma de **reivindicar a negritude paranaense**. Não só pelo suor das mãos que trabalharam a terra nas lavouras ou construíram nossas edificações, mas pelas ideias progressistas e o talento de figuras como os irmãos Rebouças e Enedina Alves Marques, a primeira mulher negra a se formar engenheira no Brasil.

Boa leitura!

Goura Nataraj
Deputado Estadual (PDT)

QUILOMBO É RESISTÊNCIA



O termo africano Quilombo aparece em várias línguas de origem Bantu e é descrito como uma **organização social, política e econômica** criada pela população negra escravizada que resistia ao sistema escravista instalado no Brasil desde o início da colonização. Além de um símbolo de resistência, os quilombos eram refúgios para a preservação das tradições e experiências socioculturais africanas no novo continente.



Dona Santina,
do Quilombo
João Surá.



PAL MA RES

A República de Palmares foi o maior e mais emblemático dos quilombos históricos, tornando-se um símbolo para a luta negra e a permanência dos quilombos até os dias atuais. Localizado na Serra da Barriga, onde hoje é o Estado de Alagoas, era formado por um conjunto de 10 quilombos e chegou a ter uma população estimada em 20 mil pessoas no século 17. Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi foram as principais lideranças de Palmares.

QUILOMBOLAS

MOJE

O Censo de 2022 será o primeiro a identificar a população quilombola no Brasil. Até lá, o IBGE calcula que existam **5.972 localidades quilombolas** divididas em 1.672 municípios brasileiros: mais que o dobro das localidades indígenas (827). Segundo estimativa da Fundação Cultural Palmares em 2020, as 3.212 comunidades quilombolas certificadas até o ano anterior somavam 1,2 milhão de habitantes.

A maioria é composta por uma comunidade negra rural onde moram descendentes de africanos escravizados ou com laços de parentesco, o que inclui pessoas indígenas, brancas e amarelas. São comunidades que sobrevivem de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. A ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, mas com base em relações de solidariedade e reciprocidade. A autodefinição, isto é, a consideração de que a **identidade do quilombo deve ser atribuída pelo próprio grupo**, foi uma conquista importante das comunidades quilombolas.

Conforme o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os quilombos são “grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

COMUNIDADES

É O PARANÁ,

Tem, sim: desde o primeiro levantamento feito pelo GT Clóvis Moura (2005-2010) até hoje, foram mapeadas cerca de **100 comunidades quilombolas no Estado**, 38 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e em processo de regularização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O **Quilombo Invernada Paiol de Telha** é o único já titulado, localizado no município de Reserva do Iguacu, no centro-sul do Paraná.

A maior parte dos quilombos paranaenses se formou por pessoas negras escravizadas fugindo principalmente de São Paulo, dos núcleos de Curitiba e do litoral paranaense.

Estima-se que a população residente nestes territórios seja de **9.631 pessoas** (IBGE, Censo Demográfico 2010 e Base Territorial 2020).

O **Vale do Ribeira** é a maior concentração quilombola do Paraná e uma das maiores do Brasil, com aproximadamente 435 famílias vivendo na região. Das 16 comunidades, nove ficam no município de Adrianópolis. Uma delas é **João Surá**, com 216 anos de história e 57 famílias morando entre os bairros rurais de Guaracuí e Poço Grande. Uma de suas conquistas foi o **Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos**, que oferece educação voltada à valorização da cultura afro-brasileira.

Também na região, o **Quilombo Corgo das Moças** se destaca pela agroecologia. Através de uma cooperação com a sociedade civil, a comunidade é base para a distribuição de

TEM QUILOMBOS?



alimentos orgânicos em escolas de Adrianópolis. No **Quilombo Porto Velho**, dezoito famílias vivem da lavoura de feijão, milho, banana e outros cultivos, além do artesanato de taboa e fibra de bananeira. As benzedeadas curam com remédios caseiros, como faziam seus ancestrais, e Bom Jesus é o Santo Padroeiro da comunidade. Com apenas oito famílias, o pequeno **Quilombo de Mamonas** ocupa o mesmo território em Adrianópolis há cerca de 200 anos, atualmente rodeado de plantações de pinus pertencentes a uma empresa multinacional. A comunidade luta pelo reconhecimento da sua terra de direito.

Os descendentes das pessoas escravizadas na antiga fazenda Capão Alto, palco da última revolta escrava do Paraná, formam hoje os **Quilombos de Castro**, nos Campos Gerais. São quatro comunidades certificadas: Serra do Apon, Limitão, Tronco e Mamães, a maioria rurais, mas há remanescentes em áreas urbanas.

O **Quilombo de Mamães** tem seu nome inspirado nos irmãos João e Joaquim, que só tinham o leite materno como alimento quando chegaram ainda bebês à comunidade, hoje formada por seus descendentes. Espalhado pelos municípios de Castro e Cerro Azul, o território é alvo de constantes invasões de madeireiros e sofre com a degradação de recursos hídricos essenciais para a agricultura familiar. No **Quilombo Serra do Apon**, uma das lideranças mais respeitadas é Dona Vani, que ainda se lembra da violência sofrida na infância, quando foi sequestrada com sua família por um grupo paramilitar a mando de fazendeiros. Em 2005, Dona Vani foi peça-chave no processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Palmares.



PARANÁ QUILOMBOLA

Das cerca de 100 comunidades quilombolas mapeadas no Estado, 38 já estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda lutam pela titulação de sua terra. Estima-se que **9.631 mil** pessoas residam nestes territórios.



A agroecologia é a principal atividade do Quilombo Corgo das Moças, que distribui **alimentos orgânicos** produzidos ali e em quilombos da região.

Nos Campos Gerais, as comunidades do Limitão, Tronco, Mamães e Serra do Apon formam os **Quilombos de Castro**.

João Surá é uma das 9 comunidades quilombolas de Adrianópolis, no Vale do Ribeira. A região possui a **maior concentração quilombola** do Paraná e uma das maiores do Brasil.

Apepú, em São Miguel do Iguaçu, e **Manoel Ciríaco dos Santos**, em Guaíra, são as principais comunidades quilombolas do oeste do Paraná.

Em 2021, após 50 anos de lutas e mais de um século de resistência, o **Quilombo Invernada Paiol de Telha**, na cidade de Reserva do Iguaçu, se tornou o primeiro e ainda único território quilombola titulado no Paraná.

Restinga, Feixo e Vila Esperança são as três comunidades certificadas dos **Quilombos da Lapa**, onde ainda resiste a Congada da Lapa.

Rio Verde e Batuva integram os **Quilombos de Guaraqueçaba**, no litoral do Estado.

Restinga, Feixo e Vila Esperança são as três comunidades certificadas dos **Quilombos da Lapa**, onde acontece uma das principais manifestações culturais do Estado, a Congada da Lapa. O auto encena tradições de origem africana e é realizado há quase 200 anos pela família Ferreira em homenagem a São Benedito, patrono espiritual da comunidade negra lapeana. Cerca de 65 famílias vivem no **Quilombo da Restinga**, onde é tradição o uso de ervas medicinais, benzimento das crianças e o artesanato de fibras naturais vendido em feiras da região. A comunidade abriga a primeira capela de São Benedito e a capela São Sebastião de Porteiras, que antigamente serviu de pernoite aos tropeiros. A preservação de nascentes e o plantio de hortas orgânicas para merenda escolar são preocupações que movem a comunidade.

Em Arapotí, no território da antiga Fazenda Boa Vista, o **Quilombo Família Xavier** é formado por cerca de 120 famílias de descendentes de Pedro Lázaro Xavier. A comunidade luta pelo reconhecimento de seu território e do cemitério de seus ancestrais escravizados, ameaçado pelo avanço da soja.

No oeste do Estado, as maiores comunidades quilombolas estão concentradas nas regiões de Foz do Iguaçu e Guaíra. O **Quilombo Manoel Ciríaco dos Santos** leva o nome do patriarca que liderou a saída de Minas Gerais rumo a Guaíra, num processo de deslocamento que trouxe grandes desafios para o resgate da sua memória coletiva. A **Comunidade Quilombola Apepú** concentra cerca de 40 descendentes da família Correia na área rural de São Miguel do Iguaçu, na divisa com o Parque Nacional.



TEM QUILOMBOS? E O PARANÁ,

Já no litoral, as comunidades Rio Verde e Batuva integram os **Quilombos de Guaraqueçaba**, que vivem da pesca de lambaris e do plantio de pupunha, mandioca, banana e café, além do turismo de base comunitária.

Na **Comunidade Quilombola de Rio do Meio**, em Ivaí, 56 famílias vivem da agricultura de fumo e da agroindústria de mandioca. É tradição a caminhada pelo Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, e os festejos ao padroeiro Bom Jesus.

Em Palmas, sul do Estado, 240 famílias vivem no **Quilombo Tobias Ferreira**, 70% delas dentro do território da fazenda Pitanga, onde o patriarca Tobias foi escravizado. Agricultura familiar e artesanato são as atividades que movem a comunidade, já reconhecida pela Fundação Palmares e aguardando a titulação da terra pelo Incra. Também na região fica o **Quilombo Adelaide Maria Trindade Batista**, formado por escravizados que chegaram com as expedições de desbravadores dos campos de Palmas, em 1836. Seus moradores trabalham nas indústrias do município, na agricultura ou como boias-frias. São Sebastião é o padroeiro da comunidade, que conta com igrejas, uma Unidade Básica de Saúde e o **Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira**, o primeiro do Paraná a atender até o ensino médio, com cerca de 300 estudantes – quilombolas, não quilombolas e indígenas.

OS DESAFIOS DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Assim como acontece com os povos indígenas, o acesso ao território é o principal obstáculo para a implementação de políticas públicas destinadas às comunidades de quilombos. O resultado é a perpetuação dos conflitos pela posse e uso da terra. Historicamente, as ações do governo federal para a promoção do direito dos quilombolas é pouco efetiva. Um dos motivos está em não haver equipes suficientes para dar conta da enorme demanda, principalmente na fase de identificação do território. Outro, são os cortes orçamentários no Incra: além de afetarem o andamento dos processos, dificultam as desapropriações de terras particulares sobrepostas a territórios quilombolas.

Renato de Cristo Pereira,
do Quilombo João Surá.

Passo a passo para a certificação e titulação:

Uma equipe de técnicos da Fundação Palmares composta por antropólogos e historiadores analisa a comunidade que se autodeclara quilombola. Após essa etapa, é emitido um parecer favorável ou não à certificação da terra. O laudo da Palmares é somado à avaliação feita pelo Incra, responsável pela titulação.



INFRA-ESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA



Energia Elétrica: sem o reconhecimento e titulação da terra, fica mais difícil viabilizar serviços básicos como fornecimento de água e energia elétrica.

Saúde: com menos infraestrutura, as comunidades ficam mais vulneráveis a doenças. Durante a pandemia da Covid-19, a taxa de letalidade do vírus foi 0,6% maior na população quilombola do que na população geral (Conaq; ISA, 2020).

Educação: muitas comunidades não possuem escolas situadas dentro do território, forçando crianças, jovens e adultos a saírem de seus locais de origem. Além da distância e dificuldade de acesso, o currículo das escolas fora da comunidade costuma estar longe da realidade histórica e sociocultural destes estudantes.

Racismo: a população quilombola é uma das vítimas mais frequentes de perseguições, prisões, assassinatos, discriminação, ameaças de morte, exploração de trabalho e usurpação de territórios. O silenciamento da participação negra na construção do país é outro mecanismo do racismo, e que atualmente vem sendo combatido.

LUTAS E CONQUISTAS AO LONGO DO TEMPO



Ocupação e colonização do Brasil, período marcado pela escravização de nativos indígenas e africanos. Formação das primeiras comunidades quilombolas.

1500-1822

O Estado brasileiro passa a conferir direitos territoriais aos quilombos e considera sua cultura, costumes e tradições direitos fundamentais. Na prática, porém, a implementação da carta magna não foi efetiva e os direitos dos povos tradicionais seguem ameaçados.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Primeira titulação quilombola, quando o Incra regulariza as terras da Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, Pará.

NOV 1995

Decreto nº 4.887 sinaliza regulamentação necessária para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por estas comunidades.

20 NOV 2003

13 MAI 1888

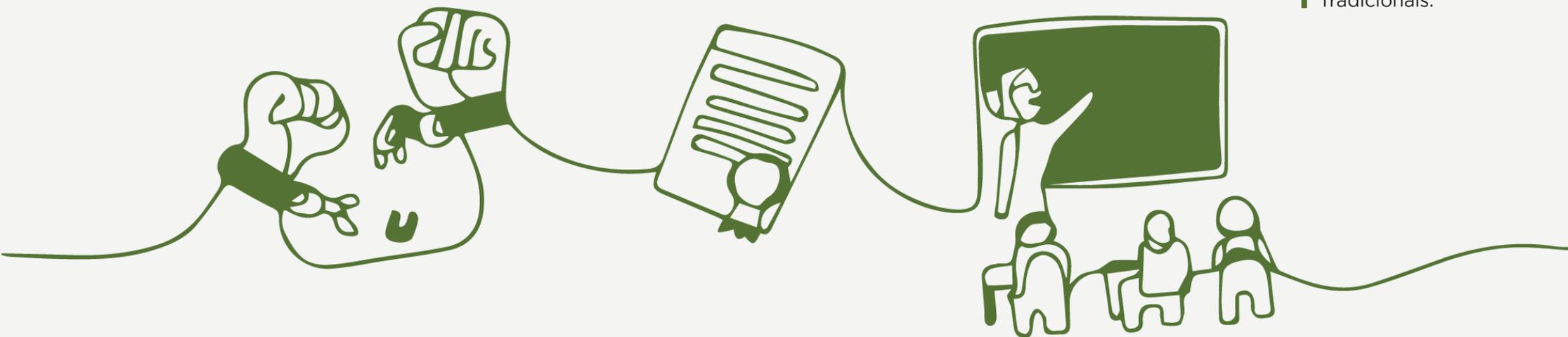
Princesa Isabel assina a Lei Áurea, n.º 3.353, mas a abolição da escravidão é um marco apenas simbólico, já que a população alforriada conquistou sua liberdade sem obter direitos nem políticas públicas voltadas a ela.

9 JAN 2003

Lei 10.639 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Uma conquista de um século de ativismo político e luta do movimento negro.

19 ABR 2004

Decreto nº 5.051 promulga a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), garantindo o direito à autodeterminação e consulta de Povos e Comunidades Tradicionais.



LUTAS E CONQUISTAS AO LONGO DO TEMPO

Instrução Normativa nº 16 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assegura que “a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade”.

24 MAR 2004

Decreto nº 6.040 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

7 FEV 2007

Portaria nº 98 institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.

26 NOV 2007

Após articulação conjunta da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI) e do Movimento das Mulheres Quilombolas do Paraná (MMQPR), é lançado o Protocolo de Consulta dos Quilombolas do Paraná, que contou com a participação de 30 lideranças de 9 comunidades quilombolas do Estado.

FEV 2021

2005

Terra Quilombola Invernada Paiol de Telha recebe da Fundação Palmares a certidão de autorreconhecimento, tornando-se a primeira comunidade quilombola reconhecida no Paraná. Porém, o processo de titulação só é concluído em 2021.

20 NOV 2007

Decreto nº 6.261 dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

20 OUT 2009

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.



EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

As comunidades de quilombos têm aspectos socioculturais, educacionais e políticos específicos no contexto geográfico e histórico brasileiro. Com base neles, foi homologada a Resolução CNE 08/2012, que definiu as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**.

NECESSIDADES

Pedagogia própria.

Respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade.

Formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos.

Consonância com os princípios constitucionais, com a base nacional comum e com os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira.

A educação quilombola deve ser oferecida tanto nas escolas situadas dentro dos territórios quanto naquelas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.



Jaqueline Ramos dos Santos e Gedjelson Ramos Santos, do Quilombo Corgo das Moças.

A Educação Escolar Quilombola também prevê um programa de alimentação voltado às particularidades das comunidades e seus hábitos alimentares, que deve ser desenvolvido em diálogo com as lideranças locais, conforme a Convenção 169 da OIT e o Decreto nº 6.040/2007. Além de superar práticas massificadas e industrializadas de alimentação, isso fortalece a economia local de subsistência e valoriza os saberes, o território e a ancestralidade quilombola, respeitando sua diversidade.

MERENDA ESCOLAR

CONTRIBUIÇÃO NEGRA NO PARANÁ

Os nomes
e o legado de
afrodescendentes
que deixaram sua
marca no Estado.



IRMÃOS REBOUÇAS

Primeiros engenheiros negros do Brasil, André e Antônio iniciaram sua trajetória no Paraná em 1864. Seu legado inclui obras como a Estrada da Graciosa, a Ferrovia Paranaguá-Curitiba, considerada a maior obra da engenharia férrea nacional, o Parque Nacional do Iguaçu e o chafariz na Praça Zacarias. Após a morte do irmão, em 1874, André se engaja na luta contra o trabalho escravo, tornando-se uma das principais vozes abolicionistas do país.



ENGENHEIRA ENEDINA ALVES MARQUES (1913-1981)

Primeira mulher negra a se formar engenheira civil no Brasil, em 1945, pela Universidade Federal do Paraná. Curitibana, trabalhou no Plano Hidrelétrico do Estado e atuou no aproveitamento das águas dos rios Capivari, Cachoeira e Iguaçu. A Usina Capivari-Cachoeira é um de seus maiores feitos.

Lucineia Pontes, Maria José da Silva Carmusi e
Marta Pontes Gonçalves, do Quilombo Rio Verde.





João Martinho de Andrade Pereira, do Quilombo João Surá.

JOÃO PAMPHILO VELLOSO D'ASSUMPÇÃO (1868-1945)



Natural de Curitiba, foi jurista e um dos intelectuais mais respeitados do Estado. Participou da fundação do curso de Direito da UFPR e instalou na década de 1930 a seção paranaense da OAB. Presidiu e construiu a primeira sede da Associação Comercial do Paraná. Colaborou com o surgimento do Movimento Social Negro organizado no Paraná e com as primeiras legislações de promoção da igualdade racial e combate ao racismo.

MESTRE BELMIRO DE MIRANDA E ESYDIA EPHIGÊNIA



Casal de abolicionistas de Guarapuava que, no século 19, libertaram mais de 50 pessoas da escravidão com seu trabalho no Hotel Redenção, o primeiro da cidade, construído e fundado por Belmiro.

BENTO (CORDEIRO) CEGO



Primeiro trovador do Paraná, é uma das personalidades mais importantes para a cultura poética do Estado. Filho de caboclos pobres, Bento nasceu em Antonina em 1821, com cegueira congênita. Cantador e violeiro, andava pelas ruas da cidade “dedilhando a viola e desferindo o canto”, como escreveu Ermelino de Leão, e chegou a ser chamado de “Homero paranaense”.

VALE DO RIBEIRA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Às margens do **Parque Estadual das Lauráceas**, o Vale do Ribeira reúne tanto atrativos culturais como naturais, já que, além de abrigar povos e comunidades tradicionais, também representa **61% dos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil**, sendo a principal área contínua deste bioma no país. Em 1999, a região foi declarada **Patrimônio Natural da Humanidade**. Porém, os sete municípios que integram o setor paranaense do Vale têm os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado e merecem um olhar urgente do poder público.

O **turismo de base comunitária** pode contribuir para transformar essa realidade e criar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. Neste modelo de visitação, as comunidades quilombolas assumem o protagonismo do desenvolvimento em seus territórios, ampliando sua renda enquanto promovem a valorização de suas práticas e saberes.

Um projeto do Mandato Goura aprovado na Assembleia Legislativa em 2021 e já sancionado (Lei 20758/2021) pretende impulsionar atividades como estas. É o **Circuito Cicloturístico Quilombos do Ribeira e Parque das Lauráceas**, que irá beneficiar as comunidades tradicionais de Adrianópolis e Tunas do Paraná, incluindo os quilombos Córrego do Franco, João Surá, Marumbi e São João.



LEGISLAÇÃO QUILMBOLA NO PARANÁ



Mandato Goura em visita ao Quilombo Rio Verde, 2022.

Lei Estadual 17.425/2012

Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná - CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, e dá outras providências.

Decreto nº 3.534/2019

Institui grupo de trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas às questões das Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

Instrução Normativa IAT/PR nº 07, de 05 de novembro de 2020

Dispõe sobre a realização da consulta livre, prévia e informada aos Povos e Comunidades Tradicionais e a manifestação de outros órgãos afins, no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental Estadual.





Rafael Silva Manoel, Lucineia Pontes Gonçalves Constantino, Militino Constantino, Odracir do Carmo, Florzina Rosa do Carmo, Maria José da Silva Carmusi, Jean Gonçalves Barreto, Dirceane Paiva da Rosa e Marta Pontes Gonçalves do Carmo, do Quilombo Rio Verde.

O dia a dia da população afrodescendente no Paraná é marcado por muitas lutas, dentro e fora dos territórios tradicionais. Nos quilombos, um dos problemas recorrentes é a dificuldade de acesso, seja na qualidade das estradas e caminhos, seja na chegada de serviços como energia elétrica e internet.

Nosso mandato vem acompanhando de perto estas reivindicações e, a partir delas, tomando providências que vão desde a criação de Projetos de Lei até o envio de ofícios e requerimentos aos órgãos competentes. Recentemente, numa articulação conjunta com o Governo do Paraná, Copel, Inkra e IDR/Emater, conseguimos levar **luz elétrica ao Quilombo Areia Branca**, em Bocaiúva do Sul. Outra luta é pela melhoria das estradas no Vale do Ribeira: em Doutor Ulysses, é comum ver ônibus do transporte escolar atolados na **estrada do Gramadinho**, fazendo com que muitos alunos percam aulas. Nosso mandato já encaminhou um ofício à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB) para cobrar a manutenção contínua das estradas na região, e segue trabalhando para mudar essa realidade.

ALGUNS PROJETOS DE LEI DO MANDATO GOURA

Lei 20758/2021 - Institui o Circuito Cicloturístico Quilombos do Ribeira e Parque das Lauráceas, fomentando a economia e o turismo sustentável na região.

Lei 20829/2021 e PL 316/2021 - Concedem título de Cidadania Honorária respectivamente a Tereza Rosa de Oliveira Rodrigues e Feliciano Rodrigues, anciãos de família afrodescendente que prestam serviço à comunidade por meio de sua religiosidade.

PL 689/2021 - Dispõe sobre sanções administrativas contra a prática de racismo e injúria racial no Paraná.

Lei 20289/2020 - Denomina engenheira Enedina Alves Marques o trecho da PR-340 entre Cacatu e Cachoeira de Cima, em homenagem à pioneira da engenharia do Paraná e primeira mulher negra do Brasil a se formar engenheira.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No dia 16/11/2021, o mandato Goura realizou a primeira audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná para discutir a realidade, os desafios e o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas do Estado. Em 10 de maio deste ano, fizemos uma segunda audiência, com o título "**Paraná Quilombola: História, cultura e resistência**".

Estes eventos geram importantes ações e encaminhamentos aos órgãos competentes. Entre eles, estão denúncias ao Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde sobre invasão e atuação de palmiteiros em áreas quilombolas; pedidos de regularização de terras devolutas ao IAT; inserção de comunidades quilombolas no programa Água no Campo, além de outros pedidos de providências.

CONTATOS E INFORMAÇÕES ÚTEIS

Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná - FECOQUI

(42) 99115-8904
fecoquipr@yahoo.com.br

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Quilombolas - CONAQ

(61) 99175-8299
conaqadm@gmail.com

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - INCRA

(61) 3411-7249/ 7135
quilombolas@incra.gov.br
www.incra.gov.br

Fundação Cultural Palmares - FCP

(61) 3424-0189 e 3424-0147
www.palmares.gov.br

Ministério Público da União - MPU

(61) 3105-5820
pgr-internacional@mps.mp.br

Ministério Público do Estado do Paraná - MPPR

41 3250-4000
curitiba.comunidades@mppr.mp.br

Defensoria Pública da União

41 3234-9600
www.dpu.def.br

Defensoria Pública do Estado do Paraná - DPEPR

41 3313-7336
gabinete@defensoria.pr.def.br

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná - SEJUF

(41) 3210-2678/2447
gabinete@sejuf.pr.gov.br

Programa SOS Racismo

0800 642 0345
sosracismo@sejuf.pr.gov.br

Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR

(41) 3210-2597
consepir@sejuf.pr.gov.br

Secretaria Executiva do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná - COPED

(41) 3221-7243
copedh@seju.pr.gov.br

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST

(41) 3304-7700
sedest.gabinete@sedest.pr.gov.br

Programa Nossa Gente Paraná - PNG

(41) 3210-2710
nossagenteparana@sejuf.pr.gov.br

REFERÊNCIAS

ABA, Associação Brasileira de Antropologia (1994). «Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais». Grupo de Trabalho “Comunidades Negras Rurais”.

Barros, Z. C. F. Quilombos do Paraná: resquícios de um passado presente. Cadernos PDE-PR, v.1, Jacarezinho: Paraná, 2014.

Berger, Marc. O quilombo: forma de resistência histórica dos escravos. São Paulo: Grin, 2007.

Chaves, R. de C. N.; Secco, C. L. T.; Macêdo, T. Brasil/África. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, Produção do Espaço e Desenvolvimento Desigual. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 92-107.

Moura, C. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Editora USP, 2004.

Nascimento, Abdias do. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980.

Silva, N. S. da. Abolicionismo em Paranaguá: apontamentos a partir da trajetória de um professor público. Encontro Regional de História: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.

Netto, F. A mão-de-obra escrava e livre como fator de produção no Paraná provincial, Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica: 2009.

FONTES

Portal IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

Portal Educa IBGE: Quilombolas no Brasil

Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Base de Informações sobre os Indígenas e Quilombolas.

Portal Educação para Relações Étnico-raciais do Ministério da Educação: Educação Escolar Quilombola

Portal Politize: Os direitos dos quilombolas no Brasil

Comissão Pró-Índio de São Paulo: Desafio para titulação das terras quilombolas

Portal Instituto Socioambiental

Encartes Afro-paranaenses - estudo de pesquisa contratado pelo Mandato Goura através da Editora Centro Cultural Humaita.

União Brasileira de Trovadores Seção Curitiba.

EXPEDIENTE

Pesquisa

Denise Toledo, Isabela Perotti e Leonardo Rocha

Consultoria e Agradecimentos

Editora Humaita, com a pesquisa dos afro-paranaenses Mel e Candiero

Aline Reis e Maria Carolina Scherner, autoras do livro Paraná Preto

Movimento das Mulheres Quilombolas do Paraná

Tautê Frederico

FECOQUI - Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná

Redação e revisão

Mariana Sanchez

Design e ilustrações

Caroline Lemes

Fotografia

Rafael Bertelli

Oruê Brasileiro

Coordenação de comunicação

Leonardo Baggio

Deputado Estadual

Goura Nataraj

Chefe de gabinete

Ivo Reck Neto

Assessoria legislativa

Caiê Alonso

Carla Cavalotti

Dante Barleta

Diogo Tavares de Miranda Ferreira

Gerson Lobo

Kimberly Tamile Oliveira Zillig

Marcel Jerônimo

Rodrigo Ponce

Assessoria de projetos

David Couto

Débora Albuquerque

Denise Toledo

Fabiana Moro Martins

Iracema Bernardes

Leonardo Rocha

Assessoria da Comissão do Meio Ambiente

Lindamir Colontonio

Lídia Graniska

Assessoria de comunicação

Carlos Kaspchak

Caroline Lemes

Fernando Marcelino

Leonardo Andreiko

Leonardo Baggio

Marcia Raquel Oliveira

Mariana Sanchez

Oruê Brasileiro

Rafael Bertelli

Thalita Oliveira



/goura



/goura_nataraj



/goura_nataraj



/mandatogoura



(41) 99894-3108



/mandatogoura.com.br

